

A HISTORY OF JAPANESE ECONOMIC THOUGHT

de **TESSA MORIS-SUZUKI**

Routledge, Routledge History of Economic Thought Series, 214 p.

■ Por **Gilmar Masiero**, Doutorando em Administração na EAESP/FGV.

As ciências econômicas, como toda a área de investigação científica, têm na aplicabilidade universal de suas descobertas sua principal fonte de autoridade e legitimação. Os trabalhos de Adam Smith e Karl Marx são possivelmente os exemplos mais significativos da universalização de suas idéias e da sua conseqüente utilização por diferentes agentes sociais, em diferentes partes do mundo, na busca sempre contínua do desenvolvimento econômico.

Este desenvolvimento econômico teve a Inglaterra como centro das atenções do mundo durante a I Revolução Industrial, os Estados Unidos da América durante a II Revolução Industrial e atualmente o Japão como um dos grandes protagonistas da III Revolução Industrial – a revolução da informática e da biotecnologia propiciada pelos avanços da microeletrônica, das telecomunicações, da química fina etc.

Enquanto a Inglaterra dava seus primeiros passos na busca dos ganhos de produtividade propiciados pela mecanização da atividade produtiva, o Japão afastou de seu território quase a totalidade de estrangeiros lá existentes e manteve-se isolado do cenário internacional por um período superior a 150 anos (Era Tokogawa, 1603-1858), só retomando suas relações com o mundo exterior após a chegada em sua costa de navios americanos (Os navios pretos – Comodoro Perry) que além de servirem para intimidação do povo japonês serviram também para a tomada de consciência, por parte dos ja-

poneses, da superioridade tecnológica do Ocidente frente ao Oriente.

No Ocidente, esta superioridade tecnológica e econômica foi pensada e teorizada por um grande número de estudiosos do fenômeno econômico, e é de como os pensadores econômicos japoneses incorporaram as idéias desenvolvidas no Ocidente, e como desenvolveram suas próprias idéias, que a Professora de História Econômica da Universidade da Nova Inglaterra na Austrália apresenta aos leitores de língua inglesa. Sua contribuição é antecedida por duas outras publicações: *Além da Computódia: Informação, Automação e Democracia no Japão em 1988*, e *Showa: a História do Japão de Hiroito em 1984*.

Após uma breve introdução, onde a autora contrasta o pensamento econômico japonês com o ocidental, destacando que “onde o estado desempenhou um papel vital no início e na proteção das empresas, não é surpresa o fato que as teorias do laissez-faire tenham um apelo menor que as teorias da escola histórica alemã centradas no estado”, e, chamando a atenção para a original noção do significado do termo economia: “administrando a nação e aliviando os sofrimentos do povo”, ela relaciona e discute autores, obras e idéias em seis grupos muito bem caracterizados.

Estes grupos procuram apresentar cronologicamente a história do pensamento econômico do Japão através do: 1. “Pensamento econômico do Japão de Tokogawa”; 2. “A introdução do pensamento econômico ocidental: da Restauração Meiji a I Guerra Mundial”; 3. “Debates econômicos no Japão do entre guerras”; 4. “Economia marxista do Pós-Guerra”; 5. “Teoria econômica e o milagre econômico” e 6. “Pensamento econômico japonês contemporâneo”.

No final do livro, numa brevíssima conclusão do último capítulo, a autora considera que a tendência comum de todos os economistas analisados é para a “rejeição da convencional e relativamente estreita interpretação do fenômeno econômico” e para a redescoberta do conceito de economia política para resgatar elementos sociais, políticos e culturais perdidos nas análises contemporâneas. Considera também que não existe evidência da “evolução de uma nova síntese do futuro pensamento econômico japonês na direção da síntese neoclássica/keynesiana que dominou o pós-guerra americano”.

Mais importante que estas considerações é a classificação – sem deixar clara sua própria posição – que a autora faz dos economistas japoneses em dois grupos polares: “o primeiro vai do contraste entre a fé no livre mercado e a crença na necessidade de planejamento do Estado” e o segundo, vai do universalismo ao particularismo do desenvolvimento econômico japonês.

No primeiro grupo, a autora classifica pensadores econômicos contemporâneos como Suzuki, Imai, Uzawa e Miyamoto ou mesmo pensadores da Era Meiji

ou Tokogawa como Kaiho Seiryō e Sato Nobuhiro. No segundo, que obviamente não exclui o primeiro, são utilizados os debates entre a escola Rono e a escola Koza, o pensamento de Uzawa o Murakami, e de Sawa e Imai como exemplos mais significativos e representativos das tendências universalistas ou particularistas da interpretação econômica japonesa.

A maioria dos livros e textos destes e de outros pensadores japoneses, quer pelos anos de isolamento, quer pelo desenvolvimento capitalista "retardatário", foram escritos e publicados em *Kanji* e as traduções para o inglês ou outros idiomas ainda é insignificante. Nesse sentido, a contribuição de Moris-Suzuki a economistas, administradores, historiadores e estudiosos do Japão é de grande valor. Através dela, pode-se tomar contato com uma gama muito grande de informações sobre um considerável número de pensadores japoneses.

Após breves comentários sobre o ambiente econômico e a herança confucionista – onde "*na vida é o treinamento mais que o nascimento que conta*" ou mesmo sobre seus ensinamentos "*de que o objetivo para os indivíduos é o desenvolvimento da personalidade até que o ideal de um homem perfeito, de um verdadeiro cavalheiro, da sabedoria, seja alcançado*" e que o "*objetivo para a sociedade é sua ordem e harmonia universal sob a regra da perfeita sabedoria*" – a autora apresenta as idéias de Kumazawa Banzan (1619-91) calcadas na crença da agricultura como base da economia; de Ichida Baigan (1685-1744) sobre o valor do comércio; de Arai Hakusaki (1657-1725), Ogyu Sorai (1666-1728) e Dazai Shunday (1680-1747) como inovadoras do pensamento econômico confucionista; de Kaiho Seiryō (1755-1817) do valor da moeda como medida de todas as coisas; de Sato Nobuhiro (1769-1850) com suas idéias de uma economia controlada pelo Estado e de Yokoi Shōnan (1809-69) sobre a abertura da economia japonesa às trocas internacionais.

Estes autores são característicos de seu tempo e expressam valores e idéias que procuram explicar e de alguma forma orientar a atividade econômica do período pré-industrial japonês que foi fortemente baseado na noção de *keikoku saimin* que significa "administrar a nação e aliviar o sofrimento do povo".

Com a Restauração Meiji e a vontade governamental de recuperar o atraso tecnológico caracterizada no slogan: "*tecnologia ocidental e espírito japonês*", o Japão foi invadido pelas idéias, máquinas e equipamentos ocidentais. Reformas políticas, econômicas e educacionais foram implementadas. Muitas reformas seguiram o exemplo ocidental, principalmente o exemplo alemão.

A influência e as limitações do liberalismo econômico, das idéias protecionistas, da forte presença das idéias da Associação Alemã para o Estudo de Políti-

cas Sociais no desenvolvimento econômico japonês durante a Restauração são discutidas por Tessa que encerra o segundo capítulo com o pensamento político social de Kunai Noburu (1865-1933) e Fukuda Tokuzō (1874-1930).

O crescimento econômico e a repressão política, o marxismo e o pensamento econômico japonês iniciam o terceiro capítulo do livro que segue apresentando as idéias marxistas sobre economia de Kawakami Hajime (1879-1946) e Kushida Tamizo (1885-1934); a análise do capitalismo japonês da escola Koza com Noro Eitaro (1900-34) e Yamada Moritaro (1897-1980); a análise alternativa da Escola Rono com Tsuchiya Takao (1896) e Sakisaka Itsuro (1897-1985); as críticas ao marxismo de Koizumi Shinzo (1888-1966); a influência dos economistas neo-clássicos como Nakayama Ichirō (1898-1980) e Takata Yasuma (1883-1972); a economia e o militarismo discutidos com Takahashi Kamekichi (1891-1977) e Kita Ikki (1883-1937) e, no final do capítulo, as pesquisas econômicas no Japão do entreguerras.

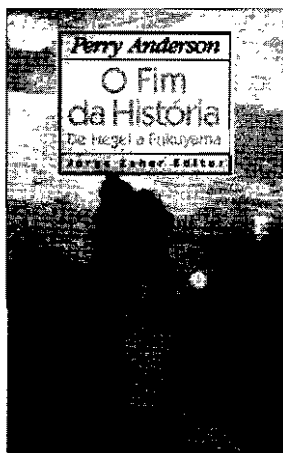
A ocupação e a economia japonesa e os debates sobre a natureza do capitalismo japonês de pós-guerra iniciam a apresentação do pensamento marxista japonês do período. Matemática e marxismo com Koshimura Shinzaburo (1907) e Okishio Nobuo (1927); trocas desiguais com Nawa Toichi (1906); o pensamento econômico de Uno Kozo (1897-1970); a análise das condições contemporâneas de Ouchi Tsutomu (1918) e Oshima Kiyoshi (1913) e a economia das reformas estruturais de Nagasu Kazuji (1919) fazem parte deste capítulo.

O quinto capítulo inicia-se com a apresentação dos economistas, instituições e a influência americana no processo de crescimento e formação do moderno pensamento econômico. Segue apresentando o alto crescimento e o investimento privado com Shimomura Osamu (1910); da crítica à tese de Shimomura a interpretação do milagre econômico com Shinohara Miyohi (1919); planejamento e desenvolvimento econômico com Okita Saburo (1914); trocas internacionais e crescimento econômico com Kanamori Hisao (1924) e Kojima Kiyoshi (1920); a teoria neo-clássica e a crítica à política econômica japonesa de Komiyama Ryutaro (1928); oligopólio e crescimento industrial com Miyasaki Yoshikazu (1919) e para além do PNB com Tsuru Shigeto (1912).

O pensamento econômico japonês contemporâneo é apresentado através do monetarismo japonês de Suzuki Yoshio (1913) e Shimpo Seiji (1945); do debate sobre reforma administrativa *versus* expansão da demanda interna; da crise da teoria econômica; da economia da diversidade de Morishima Michio (1923); da crise ambiental e da teoria do capital social de Miyamoto Kenichi (1930); da economia do desequilíbrio

de Uzawa Hirofumi (1928); dos valores sociais e crescimento industrial de Murakami Yasusuke (1931); da sociedade formada por redes de informações de Imai Kenichi (1931); e, finalmente, da tecnologia e o pensamento econômico de Sawa Takamitsu (1942).

Antes de terminar esta resenha, que a quantidade e importância dos assuntos e autores relatados por si só justificam a leitura do livro por todos os estudiosos do Japão, especialmente os das áreas de Economia e Administração e os de Ciências Políticas e Sociologia, resta-nos sugerir à editora Routledge, que já publicou a história econômica da Austrália, da Suécia e do Canadá; a publicação da história econômica do Brasil. É óbvio que a publicação de tal obra só pode ser realizada após sua produção e, assim sendo, resta-nos o seguinte questionamento: é a história econômica brasileira pouco interessante que não merece ser estudada ou são nossos cientistas sociais pouco interessados que não estão preocupados com nossa história econômica? □



O FIM DA HISTÓRIA: DE HEGEL A FUKUYAMA

de FRANCIS FUKUYAMA

Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 145 p.

■ Por **Rosa Maria Vieira**, Professora do Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração da EAESP/FGV.

Em 1989, Francis Fukuyama, funcionário do departamento de Estado norte-americano, publicou em Washington o ensaio *The End of History?*, transformado, três anos depois, no livro *The End of History and Last Man* que, logo a seguir, também foi editado no Brasil (*O Fim da História e o Último Homem*, Rocco, 1992).

Valendo-se da interpretação de Hegel feita por Alexandre Kojève, Fukuyama defende a tese de que a humanidade chegou ao ponto final de sua evolução ideológica com o triunfo da democracia liberal sobre o fascismo e, mais contemporaneamente, sobre o comunismo. Vitorioso na Europa e, agora, em expansão pela Ásia (Japão, Coreia do Sul, Taiwan), este regime se estenderá, mais cedo ou mais tarde, a todos os povos civilizados, após a eliminação dos resíduos de passado histórico, localizados nas regiões subdesenvolvidas do Terceiro Mundo: nacionalismos e fundamentalismos impregnados de toxinas ideológicas e tensões étnico-políticas. Mais do que propriamente término dos conflitos ou mudanças circunstanciais, o fim da história representa, na realidade, o esgotamento de qualquer possibilidade alternativa para o capitalismo e suas manifestações democrático-liberais.

Obviamente a finitude da história humana tem custos: ideais heróicos dissipados na monotonia rotineira de comprar, consumir e votar, a arte e a filosofia definidas e a imaginação política e moral substituídas pela razão pragmática dos cálculos técnicos. Mas, em compensação, estão abertos, em definitivo, os horizontes ilimitados de desenvolvimento econômico.

Por se tratar de uma variante otimista e claramente política do discurso filosófico do fim da história, cuja tradição remonta ao final do século XVIII, a concepção de Fukuyama ganhou ampla difusão na mídia, numa estratégia de *marketing*, que o transformou num dos mais divulgados ideólogos neoconservadores da atualidade.

Mas a controvérsia pública gerada pela idéias de Fukuyama seguiu de perto a amplitude de sua divulgação: por motivos diversos, sociais-democratas, comunistas e mesmo alguns liberais e conservadores criticaram e rejeitaram suas teses. No âmbito da esquerda destacou-se, particularmente, Perry Anderson, antigo editor da prestigiada *New Left Review*, com o livro *O Fim da História: de Hegel a Fukuyama*, lançado no Brasil, em 1992, por Jorge Zahar Editor.

Para Anderson, a versão de Fukuyama do fim da história, apesar de ser produto atual da crise da URSS e do colapso do Leste Europeu, tem atrás de si uma "substancial e intrincada história" um *background* intelectual, cujo desvendamento esclarece as questões políticas embutidas nesta concepção. Por isto, nos três primeiros capítulos do livro, faz um levantamento das diferentes versões do fim da história elaboradas a partir de Hegel, um dos principais avalistas filosóficos invocados por Fukuyama.

Tendo sempre como contraponto a vertente hegeliana do final do século XVIII, Perry Anderson analisa as idéias de teóricos como Antoine-Augustin Cournot, o pioneiro da moderna teoria do preço: Alexandre Kojève, a segunda declarada inspiração de Fukuyama.